



ESCOLA DE
HUMANIDADES

CONVERSAS & CONTROVÉRSIAS

Conversas & Controvérsias, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 1-3, jan.-jun. 2020
e-ISSN: 2178-5694

<http://dx.doi.org/10.15448/2178-5694.2020.1.37998>

APRESENTAÇÃO

Juventudes, participação e políticas públicas

Youth, participation and public policies

Bruna Rossi Koerich¹

orcid.org/0000-0001-9791-7808
koerich.bruna@gmail.com

Fernanda Bittencourt

Ribeiro²

orcid.org/0000-0003-2357-8625
feribeiro@puccrs.br

Ane Briske Prates²

orcid.org/0000-0003-3691-9003
anebriske@gmail.com

Recebido em: 05 mai. 2020.

Aprovado em: 26 mai. 2020.

Publicado em: 17 set. 2020.

A revista *Conversas e Controvérsias* apresenta nesta edição o dossiê "Juventudes, participação e políticas públicas". A juventude é, sem dúvida, uma categoria com múltiplas possibilidades interpretativas que vão desde a busca por marcadores que definem o que seria uma condição juvenil geral, até estudos voltados à demonstrar as múltiplas situações juvenis possíveis, colocando em relevo diferentes formas de ser/estar jovem.

Desde os trabalhos precursores dos estudos sobre "juventudes", como a obra de Ariès (1981), destaca-se o debate sobre a relação entre os jovens e o Estado, seja quando se trata de propor intervenções sociais voltadas às juventudes, seja quando se enfatiza o receio de certa "indisciplina social" ou "prática contestatória" dos jovens.

Contemporaneamente, grande parte das pesquisas que compõem o campo de estudos sobre juventudes dedicam-se a investigar tanto a realização de políticas públicas de/para/com as juventudes (Unesco 2004), como as práticas de participação social e políticas da juventude, seja nos espaços formais de controle social, seja nos mais diversos movimentos sociais e ações de contestação.

No âmbito da ação pública, nas últimas décadas, observam-se iniciativas que provocam deslocamentos da perspectiva de juventude como problema social para o de jovens como sujeitos de direitos, apesar de existirem permanências e convivências entre as duas perspectivas. Nesse cenário, as políticas públicas para a juventude crescem em quantidade e diversidade, mesmo que o momento político e econômico vivido no País evidencie a fragilidade dessas ações. Tendo em vista a presença de mais de 50 milhões de jovens na população brasileira, segundo dados do último Censo (IBGE, 2011) torna-se necessário refletir sobre a realidade cotidiana das políticas voltadas para esse segmento populacional.

Conforme aponta Groppo (2017), o campo das políticas públicas para as juventudes e as pesquisas relacionadas à essa temática expressam a complexa e contraditória retroalimentação entre ciências e sociedade. Dessa forma, esse dossiê buscou dar visibilidade a trabalhos que abordam os usos e os modos como os jovens apropriam-se e participam das políticas, programas e instituições a eles destinados. A partir de



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

pesquisas que trazem em suas abordagens as múltiplas experiências de ser jovem, os artigos aqui reunidos dão visibilidade a sujeitos dotados de agência e cujas presenças na vida social convidam a reflexões que extrapolam a noção de juventude restrita ao recorte etário, à noção de transição ou de “vir a ser”. Entendemos que análises voltadas a esses assuntos são imprescindíveis para o avanço teórico sobre o tema e para o desenho de políticas públicas para a juventude que façam mais sentido para as demandas e necessidades de seu público-alvo.

O presente dossiê é composto de sete artigos de diferentes áreas das ciências humanas que discutem a relação entre juventude, políticas públicas e participação social, em aspectos relacionados à atuação profissional nas políticas voltadas às juventudes, o histórico dessas ações públicas no Brasil, a permanência da visão da juventude como um risco social presente nas práticas de alguns atores sociais, elementos do cotidiano da execução das políticas de socioeducação e, por fim, aspectos relacionados à participação política juvenil na contemporaneidade.

O primeiro artigo, intitulado “Arquivos da experiência: entre encontros narrativos com juventudes e as aventuras do trabalhar nas políticas públicas”, das autoras Ana Paula Genesini, Gislei Domingas Lazzarotto e Jaqueline Tittoni, analisa os modos de enunciação da vida juvenil observados por meio de experiências profissionais em políticas públicas para as juventudes. O artigo nos coloca importantes reflexões sobre as relações de poder que governam estas políticas e os modos de intervir no âmbito da psicologia e das ações educativas, enfatizando um “encontro narrativo” produzido a partir da experiência diária com os jovens, como forma de narrar experiências, formas de resistências, saberes, fazeres e modos de ser.

A seguir, o artigo “Entre rupturas e continuidades: percurso da legislação para adolescentes e jovens no Brasil” de Bruna Rossi Koerich e Alex da Silva Vidal busca analisar quais as concepções de infância, adolescência e juventude orientaram a execução de políticas e ações públicas em diferentes momentos históricos do País. Partindo

da análise dos principais marcos legais voltadas a essas parcelas da população, os autores vão conduzindo a escrita no sentido de apontar a permanência de discursos de intervenção estatal sobre a juventude vinculados à lógica da assistência social, especialmente relacionados aos jovens em conflito com a lei, gerando confusões entre a garantia de direitos fundamentais e os processos de responsabilização.

O artigo de Marina de Oliveira Ribeiro e Luana Barbosa da Silva, intitulado “A condição estatística da violência policial em Campinas contra jovens acusados de atos infracionais” reflete sobre padrões do uso de violência por agentes de segurança estatal durante abordagens e apreensão de adolescentes acusados de práticas infracionais, buscando entender a relação que se estabelece entre agentes estatais, principalmente policiais, e jovens. A pesquisa traz dados quantitativos que analisam procedimentos administrativos de apuração de violência contra adolescentes por agentes de segurança pública, conduzidos e concedidos para esta pesquisa pela Promotoria de Justiça Cível de Campinas, do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Marjori Heitich Fontoura e Fernanda Bittencourt Ribeiro no texto “‘Aqui é uma casa masculina!’: Juventude ‘trans’ e socioeducação” dão visibilidade a uma questão pouco discutida tanto no meio científico quanto no âmbito das políticas públicas. A partir do ingresso de uma adolescente transgênero em uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande Sul (Fase-RS), destinada exclusivamente a homens (adolescentes e jovens adultos) cisgênero com idade de 12 a 21 anos, as pesquisadoras interrogam como as instituições e as leis incidiram sobre a trajetória socioeducativa da jovem em questão, evidenciando a falta de um programa específico para a população LGBT no âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, dando margem para discricionariedades.

Refletindo sobre a construção da cidadania no sistema jurídico brasileiro, o artigo “Em condição de cidadania ou cidadania sob uma condição?

Reflexões sobre a aplicação de medidas socio-educativas e o direito à cidadania no Brasil", de Francielly Costa Alves Rocha, dá continuidade à discussão sobre medidas socioeducativas no Brasil. Por meio de uma abordagem antropológica da legislação que embasa a política de atendimento à criança e ao adolescente e os dados sobre a aplicação efetiva destas no Rio de Janeiro, a autora analisa desde as primeiras legislações que fundamentaram o atendimento a esse segmento no País, do primeiro Código Criminal até o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e mostra como a responsabilidade penal juvenil cria contradições ao exercício efetivo da política de proteção integral de crianças e adolescentes evidenciando em suas práticas, a forma como a igualdade jurídica é construída no Brasil.

Em "*Likes, memes e militância: ciberativismo na internet brasileira*", Ana Nolasco, Leonardo Frosi Ávila e Airton Luiz Jungblut investigam a influência do processo de revolução comunicacional provocado pela internet na esfera política, focando no conceito de "ciberativismo". Analisando diferentes práticas de ciberativismo em redes sociais das quais participam sujeitos jovens, os autores nos conduzem a constatações relacionadas às motivações individuais para a ação política nesses espaços e à certa agência de "materiais não humanos" sobre os atores humanos no ciberespaço.

Fernanda Weirich e Domingos Sávio Campos de Azevedo, no último artigo que compõe o dossiê, levantam o questionamento "O que tem afastado os jovens da participação política? Uma análise do caso de São Borja-RS". A partir dessa questão, os autores buscam compreender quais motivos podem estar relacionados ao afastamento dos jovens da participação política convencional na democracia representativa, na faixa etária em que o voto é facultativo. Com base em uma pesquisa realizada com jovens entre 16 e 17 anos de idade no município de São Borja, que não possuíam título de eleitor, o artigo busca captar as motivações e influências para o absenteísmo eleitoral. Aliando métodos quantitativos e qualitativos o texto discorre sobre

conceitos, como participação política, cultura política e socialização política.

A partir de objetos de estudo e formas de abordagem bastante diversificadas, os artigos aqui reunidos refletem a multiplicidade do debate acerca das políticas públicas para as juventudes e da atuação política juvenil. Esperamos que esse dossiê possa contribuir na difusão desses debates e do conhecimento científico existente acerca das juventudes. Boa Leitura!

Referências

Ariés, Philippe. 1981. A vida escolástica. In: Ariés, Philippe. *História social da criança e da família*, 107-129. Rio de Janeiro: LTC Editora.

Goffman, Erving. 1961. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Groppa, Luis Antonio. 2017. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. *Revista Desidades*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 9-17.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2011. *Censo demográfico 2010: Sinopse*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2004. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília: Unesco.

Bruna Rossi Koerich

Mestra em Ciências Sociais pelo PPG em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil, doutoranda em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Fernanda Bittencourt Ribeiro

Doutora em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França, professora da faculdade de Ciências Sociais e do PPG em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Ane Briske Prates

Mestra em Ciências Sociais pelo PPG em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.